



# Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A

C.N.P.J. 33.987.793/0001-33

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 26 de março de 2026.

### Apresentação

Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A. ("Banco"), anteriormente Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acrescidas das notas explicativas e o relatório dos auditores independentes.

**Evolução dos negócios**

O Banco apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, lucro líquido de R\$ 374.708 mil. O lucro líquido apurado no exercício foi impactado, principalmente, pela reclassificação da quase totalidade da variação cambial sobre o investimento na subsidiária em Bahamas (R\$578.018 mil, líquidos dos efeitos tributários), anteriormente reconhecida diretamente no patrimônio líquido, como Ajustes de Avaliação Patrimonial – AAP para o resultado. Tal reclassificação decorreu do pagamento integral dos lucros acumulados pela subsidiária, bem como da redução de seu capital. O Conglomerado UBS Brasil mantém sua visão estratégica focada em Wealth Management, com grande capacidade na área de banco de investimentos, através das entidades parte do Grupo UBS-BB. O Banco segue com o padrão de conceder crédito apenas com altas margens de garantia.

### Principais fatos societários e/ou administrativos ocorridos até a data de apresentação das demonstrações financeiras

Em 31 de maio de 2024, foi concluída a fusão entre o UBS A.G. e o Credit Suisse A.G. ("Parent Bank merger – PBM"), com consequente incorporação do Credit Suisse A.G. Desta forma, o Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A. (anteriormente Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.) passou a ser controlado diretamente pelo UBS A.G. Conforme aprovação do Banco Central do Brasil, a partir de 1º de julho de 2024, o Conglomerado Prudencial UBS Brasil passou a ser composto pelas seguintes entidades: Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A. (anteriormente Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.), Banco UBS (Brasil) S.A. (anteriormente Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.), Credit Suisse (Brasil) S.A., Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, UBS (Brasil) Corretora de Valores S.A. (anteriormente Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.), UBS Brazil Bahamas Limited (anteriormente Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited), UBS BB Banco de Investimentos S.A., UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., UBS Próprio Fundo de Investimento Financeiro – Multimercado Crédito Privado (anteriormente Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior), Credit Suisse "Próprio" Market Maker Fundo de Investimento Financeiro – Multimercado (anteriormente Credit Suisse "Próprio" Market Maker Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior) e UBS Brazil Access Fund Limited (anteriormente Credit Suisse Brazil Arbitrage Fund Limited), tendo como empresa-líder o Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A. Conforme deliberado pela assembleia geral extraordinária, realizada

em 5 de fevereiro de 2025, foi aprovada a alteração da denominação social do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. para Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A. A alteração foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 26 de março de 2025.

### Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado conforme legislação em vigor. Em 16 de dezembro de 2024, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP) no valor total de R\$330.000 mil. O referido valor foi provisionado em dezembro de 2024 e pago em 9 de janeiro de 2025. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 22 de abril de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais à conta de Reservas de Lucros – Estatutária da Companhia, no montante de R\$ 134.331 mil correspondentes aos lucros auferidos pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, deduzidos do JCP mencionado acima, além da reserva legal. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 09 de outubro de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante total de R\$ 1.400.000 mil, sendo a conta de Reservas de Lucros – Estatutária, o montante de R\$ 373.194 mil, à conta de Reservas de Lucros – Lucros a Realizar o montante de R\$ 554.755 mil e à conta de Reservas de Lucros – Especiais o montante de R\$ 472.051 mil, correspondentes aos lucros auferidos pela Companhia em exercícios anteriores. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de dezembro de 2025, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP) no valor total de R\$258.000 mil. Os juros sobre o capital próprio (JCP) distribuídos aos acionistas foram superiores ao cálculo do dividendo mínimo obrigatório; desta forma, não foram propostos dividendos sobre os resultados do exercício.

### Índice de Basileia

O Conglomerado UBS Brasil apura seus limites operacionais de forma consolidada. O Patrimônio de Referência, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$ 4.426.866 mil e o Patrimônio de Referência mínimo requerido para o RWA (Risk-weighted Assets) correspondia a R\$ 986.622 mil, resultando em uma margem de R\$ 3.440.243 mil. O índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2025, era de 35,90%.

### Gerenciamento de riscos

O processo de gerenciamento de riscos do Conglomerado UBS Brasil está baseado em uma cultura de disciplina e transparência, visando uma abordagem prudente e apropriada na tomada de riscos. A Diretoria estabeleceu controles e limites, com o objetivo de identificar, mensurar, mitigar e gerir os riscos do grupo. Em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil, o Conglomerado disponibilizará em seu site na internet, até 31 de março de 2026, as informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a adequação do Patrimônio de Referência, conforme a R-

solução CMN nº 4.955/21, assim como a descrição do processo de gestão de capital de que trata a Resolução CMN nº 4.557/17 no endereço: <https://www.ubs.com/global/pt/legal/country/brazil/plar3.html>.

### Diversidade, Equidade e Inclusão

Grupo UBS tem o compromisso de ser um ambiente de trabalho diverso e inclusivo, baseado na meritocracia, e busca construir uma cultura de pertencimento, na qual todos os colaboradores sejam reconhecidos e valorizados, e onde todos possam ter sucesso e prosperar. Acreditamos que equipes diversas e inclusivas impulsionam a inovação, aprimoram a tomada de decisões e compreendem melhor a diversidade das necessidades e interesses de nossos clientes. Remuneramos com base no desempenho e levamos a equidade salarial muito a sério. Em todas as nossas localidades, aplicamos os mesmos padrões de remuneração justa, reforçados por revisões anuais de nossa abordagem e de nossas políticas, em conformidade com metodologias consolidadas de igualdade salarial. As análises de equidade salarial com foco em gênero estão incorporadas aos nossos processos de remuneração. Caso sejam identificadas quaisquer diferenças não explicadas por fatores de negócio ou por fatores específicos e adequados a cada colaborador, como função, responsabilidade, experiência, desempenho ou localidade, analisamos as causas-raiz e adotamos as medidas necessárias. Nossa abordagem mais ampla para uma remuneração justa também inclui verificações para garantir que todos os colaboradores recebam, no mínimo, o salário digno mais recentemente publicado. A transparência é a base por meio da qual capacitamos os líderes a apoiar um ambiente de trabalho diverso e inclusivo, sendo todos responsabilizados por isso. Utilizamos diversos canais de comunicação e metas dos gestores de linha para promover a conscientização, além do monitoramento de dados com características relevantes, incluindo painéis gerenciais e ferramentas de apoio, para dar suporte a toda a nossa força de trabalho. Para saber mais sobre o compromisso da UBS com um ambiente de trabalho inclusivo, visite nossa página na internet. Adicionalmente, em atendimento à Lei 15.177/2025, o Banco de Investimentos UBS (Brasil) SA, assim como suas controladas e coligadas, divulga maiores detalhes sobre sua política de equidade no link <https://www.ubs.com/global/pt/legal/country/brazil.html>.

### Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria recomendou a Diretoria a aprovação, em 17 de março de 2026, as demonstrações financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito em relatório específico e apresentado a seguir.

### A Diretoria:

Aline de Menezes Santos	Bernardo de Azevedo S. Rothe
Betina Machado Ferraz	Camila Angeli Ribeiro
Daniel Bassan	Diogo Vinicius de Moraes Lima
Marcelo Antonio Chilo Luzetti	Marcelo Augusto Ramos
	Milena Weiss Alois

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º sem/2025	2025
<b>Resultado líquido com juros</b> .....		544.110	1.093.094
Receitas com juros.....	20	684.972	1.413.845
Despesas com juros.....	20	(140.862)	(320.751)
<b>Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros</b> .....	21	(194.898)	(270.867)
Títulos e Valores Mobiliários.....		(427.196)	(319.939)
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		48.483	10.662
Operações de crédito.....		(71.924)	13.189
Receitas com empréstimos de instrumentos financeiros.....		257.739	25.275
<b>Varição cambial líquida</b> .....	22h	(58.811)	711.490
<b>Outras receitas (despesas)</b> .....		(535.885)	(988.964)
Receitas de prestação de serviços.....	22c	5.233	11.176
Outras receitas (despesas) operacionais.....	22e	24.306	(22.443)
Perdas esperadas.....	8d	1.499	39.775
Resultado de participações em controladas.....	11	(184.663)	(430.103)
Despesas com pessoal.....	22g	(143.753)	(225.224)
Outras despesas administrativas.....	22d	(218.416)	(308.987)
Despesas tributárias.....		(20.091)	(63.158)
<b>Resultado das operações</b> .....		(245.494)	544.175
<b>Resultado não operacional</b> .....		2.026	30.683
<b>Resultado antes dos impostos</b> .....		(243.458)	575.436
<b>Imposto de renda e contribuição social</b> .....	19	52.791	(195.676)
Corrente.....		58.850	(198.555)
Diferido.....		(6.059)	2.877
<b>Lucro/(prejuízo) do semestre/exercício</b> .....		(190.667)	374.708
<b>Participações nos lucros</b> .....		-	(5.052)
<b>Lucro/(prejuízo) do semestre/exercício</b> .....		(190.667)	374.708
Quantidade de ações ordinárias.....	17a	277.427	277.427
Quantidade de ações preferenciais.....	17a	277.427	277.427
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação</b> .....		(0,34)	0,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º sem/2025	Ano 2025
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b> .....		(190.667)	374.708
<b>Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado</b> .....		-	-
Varição cambial sobre investimentos no exterior.....	11	4.079	(153.914)
Impostos sobre a variação cambial sobre investimentos no exterior.....	11	(487)	65.925
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas.....		(5.668)	(5.668)
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego.....	15	(1.467)	(1.467)
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego.....	15/19c	661	661
<b>Itens reclassificados para o resultado durante o semestre/exercício</b> .....		-	-
Varição cambial sobre investimentos no exterior.....	11	-	(624.705)
Impostos sobre a variação cambial sobre investimentos no exterior.....	11	-	46.687
Hedge de investimento no exterior.....		-	10.666
Impostos diferidos sobre hedge de investimento no exterior.....		-	(5.154)
<b>Resultado abrangente do semestre/exercício</b> .....		(196.549)	(292.261)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º sem/2025	2025
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b> .....			
<b>Prejuízo/Lucro líquido do semestre/exercício</b> .....		(190.667)	374.708
<b>Ajustes ao prejuízo/lucro líquido</b> .....		234.558	(31.868)
Reversão de provisão para perda esperada.....	8d	(1.500)	(39.776)
Depreciações e amortizações.....	22d	5.703	10.668
Resultado de participações em controladas.....	11	184.663	430.103
Constituição/(Reversão) de provisão para riscos fiscais e outros passivos contingentes.....		765	26.390
Atualização de depósitos em garantia.....	22e	(6.084)	(11.264)
Impostos diferidos.....	19b	(127.457)	(168.939)
Perda (ganho) cambial não realizado.....		63.189	(53.024)
Varição cambial sobre investimento no exterior.....		-	(578.101)
<b>Prejuízo/Lucro líquido do semestre/exercício ajustado</b> .....		43.891	342.840
<b>Varições patrimoniais</b> .....		(1.151.436)	(1.715.533)
Títulos e valores mobiliários.....		2.427.708	2.977.734
Instrumentos financeiros derivativos.....		46.730	52.967
Operações de crédito.....		453.612	447.194
Outros créditos.....		(659.574)	(291.980)
Outros valores e bens.....		860	1.892
Depósitos.....		123.788	(248.848)
Captações no mercado aberto.....		1.042.826	64.300
Recursos de ações e emissão de títulos.....		(127.457)	(168.939)
Relações interdependências.....		12.336	11.336
Outras obrigações.....		(4.767.969)	(4.792.398)
Receitas antecipadas.....		10.669	(1.454)
Juros recebidos.....		422.331	603.168
Juros pagos.....		(88.131)	(194.859)
Imposto de renda e contribuição social pagos.....		(48.880)	(175.692)
<b>Caixa utilizado/gerado pelas atividades operacionais</b> .....		(1.107.545)	(1.372.529)
<b>Caixa de caixa das atividades de investimento</b> .....			
Caixa oriundo de incorporação.....		-	2.896
Dividendos recebidos de controladas.....	11	-	1.087.077
Redução de capital de controladas.....	11	-	281.640
Aquisição de imobilização de uso.....		(92.842)	(100.918)
Aquisição de investimentos.....		(115.367)	(115.367)
Integralização de capital em controlada.....		(446.884)	(610.499)
<b>Caixa utilizado/gerado pelas atividades de investimento</b> .....		(655.093)	644.830
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b> .....			
Obrigações por empréstimos e repasses.....		3.697.738	2.321.257
Juros sobre capital próprio pagos.....		(258.000)	(538.500)
Dividendos Pagos.....	17c	(1.400.000)	(1.534.331)
Pagamento de dívida subordinada.....		-	(298.694)
<b>Caixa gerado pelas atividades de financiamento</b> .....		2.039.738	(60.268)
<b>Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa</b> .....		277.100	(778.131)
<b>Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b> .....		277.100	(778.131)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício.....		5.364.056	6.419.327
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício.....	5	5.641.196	5.641.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	Nota	Dezembro/2025	Nota
<b>Circulante e não circulante</b> .....			
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b> .....		5.641.196	
<b>Ativos Financeiros classificados na categoria valor justo no resultado</b> .....	5	4.730.845	
Títulos e valores mobiliários.....	6	3.082.790	
Títulos com característica de concessão de crédito.....	8	396.753	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - TVM.....	8	(1.201)	
Instrumentos financeiros derivativos.....	7	186.085	
Operações de Crédito.....	8	1.004.702	
Diversos.....	10	63.851	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Outros Créditos.....	10	(2.135)	
<b>Ativos Financeiros classificados na categoria custo amortizado</b> .....		2.110.736	
Títulos com característica de concessão de crédito.....	8	917.695	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - TVM.....	8	(62)	
Operações de Crédito.....	9	738.224	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Crédito.....	8	(779)	
Rendas a receber.....	22a	173.356	
Negociação e intermediação de valores.....	9	281.264	
Diversos.....	10	3.038	
<b>Outros ativos</b> .....		473.900	
Ativo fiscal corrente.....		132.895	
Ativo fiscal diferido.....	19c	186.365	
Diversos.....	10	154.640	
<b>Outros valores e bens</b> .....		4.050	
Despesas antecipadas.....		4.050	
<b>Investimentos</b> .....		900.109	
<b>Participações em controladas</b> .....	11	859.134	
No país.....		769.222	
No exterior.....		129.962	
<b>Outros investimentos</b> .....		925	
Imobilizado.....		112.152	
Imobilizado de uso.....		192.322	
Depreciações acumuladas.....		(80.170)	
<b>Intangível</b> .....	22b	-	
Ativos intangíveis.....		1.748.392	
Amortizações acumuladas.....		(1.748.392)	
<b>Total do ativo</b> .....		13.972.998	
<b>Circulante e não circulante</b> .....			
<b>Passivos Financeiros classificados na categoria valor justo no resultado</b> .....		3.124.129	
Instrumentos financeiros derivativos.....	7	113.693	
Carteira Livre Movimentação.....	12	1.826.970	
Obrigações por empréstimos de instrumentos financeiros.....		1.183.466	
<b>Passivos Financeiros classificados na categoria custo amortizado</b> .....		6.150.312	
Carteira de Terceiros.....	12	1.784.811	
Depósitos.....	12	235.756	
Certificados de operações estruturadas.....	12	1.040.287	
Empréstimos no exterior.....	14	2.629.459	
Negociação e intermediação de valores.....	9	408.562	
Recursos em trânsito de terceiros.....		13.713	
Diversos.....	13	37.724	
<b>Outros Passivos</b> .....		459.079	
Provisões - Sociais e estatutárias.....	13	65.441	
Provisões - Fiscais e previdenciárias.....	13	11.779	
Provisões.....	16	54.172	
Obrigação fiscal corrente.....	13	-	
Obrigação fiscal diferido.....	13	57.478	
Receitas antecipadas.....	12	11.437	
Perda esperada - Fiança.....		6	
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....		115	
Aquisição de bens e direitos.....	13	157.241	
Diversos.....	13	101.410	
<b>Patrimônio líquido</b> .....	17	4.239.478	
Capital social de domiciliados no exterior.....		3.000.000	
Reservas de lucros.....		1.217.970	
Ajustes de avaliação patrimonial.....		21.508	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> .....		13.972.998	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			legal	estatutária	especial	a realizar			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b> .....		3.000.000	331.076	1.411.971	472.051	554.755	647.456	6.417.309	
Ajustes adoção da Resolução 4.966.....	2	-	-	-	-				

continuação



# Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A

C.N.P.J. 33.987.793/0001-33

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de Reais)

Banco em períodos futuros: • Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos financeiros e normativos relacionados estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivos a partir de 1º de janeiro de 2027. Os passivos mensais estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de postagem em vigor da norma. • Reforma à Tributação sobre o Consumo (Lei Complementar nº 214/2025) - Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a Reforma Tributária sobre o consumo, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CSBS) e o Imposto Seleto (IS). Diferentemente do regime cumulativo anterior vigente, o novo modelo permite o aproveitamento de créditos decorrentes de suas aquisições de bens e serviços. A Administração está conduzindo o mapeamento detalhado dos impactos tributários, financeiros, sistêmicos e processuais, incluindo as adequações necessárias às novas obrigações acessórias, de modo a assegurar a conformidade do início do período de transição em 2026 e a vigência integral dos novos exercícios subsequentes. As demonstrações financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela administração para emissão em 25 de março de 2026.

### 3. RESULTADO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

**a.** Descrição das operações é apurado pelo regime de competência. **b.** Ativos e passivos circulantes e não circulantes, são demonstrados pelo método de realização, incluindo os efeitos decorrentes de operações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata diis. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente, e sua quebra de prazo está apresentada em suas respectivas notas. **c.** Caixa e equivalentes de caixa - são considerados como caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, cujos prazos de liquidação na data de aquisição eram de até noventa dias. **d.** Classificação de Ativos e Passivos Financeiros: A classificação e mensuração subsequente dos ativos financeiros estão detalhados na Nota 2. Os instrumentos patrimoniais, como as ações e cotas de fundos são classificadas ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto por derivativos, compromissadas vendas de títulos públicos e empréstimos/aluguel de ativos financeiros. As garantias financeiras são mensuradas pelo maior valor entre (i) a provisão para perdas de crédito esperada, e (ii) o saldo do prêmio sobre o serviço a ser diferido no resultado, conforme prazo do pagamento. Para contratos híbridos, o Banco possui somente contratos de COE, os quais derivativos embutidos são tratados como instrumentos separados, pois suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do componente principal; o instrumento separado satisfaz a definição de derivativo; e o instrumento subjacente não é contabilizado ao valor justo por meio do resultado. O Banco utiliza o método de juros efetivos no cálculo da receita ou despesa de juros para os instrumentos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o qual considera custos e taxas diretamente atribuíveis na origemação do contrato, como comissões pagas ou recebidas pelas partes do contrato, custos de transação e outros prêmios e descontos quando superiores a 1% das receitas ou encargos totais do instrumento. Conforme art. 75 da Resolução BCB 352/23, o Banco adotou a metodologia diferenciada para ativos financeiros com característica de concessão de crédito classificadas na categoria de custo amortizado. Para passivos classificadas na categoria de custo amortizado, os custos e receitas incrementais, quando existentes, são diferidos pela curva da taxa de juros efetivo. O teste de *SPFV* consiste no processo de avaliação dos fluxos de caixa contratuais a partir da origemação, aquisição ou emissão de instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os respectivos fluxos de caixa são consistentes com o pagamento de principal e juros, ou seja, estão alinhados com o conceito de *cash* acordo de empréstimo básico. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente" pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de *SPFV*) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada para instrumentos classificados como custo amortizado. O Banco optou, de forma irrevogável, por mensurar as notas comerciais, as debêntures e os certificados de crédito bancários ao custo amortizado, que possuem acordo de compensação, empréstimo de ativos e derivativos atrelados, a valor justo no resultado, pelo artigo 7º da Resolução CMN 4.966/21. A perda esperada de crédito: a validação dos modelos utilizados na mensuração do risco de crédito - que incluem os parâmetros de Probabilidade de *Default* (PD). Exposição no Momento do *Default* (EAD) e Perda Dada à Inadimplência (LGD) - é realizada de forma centralizada pelo Grupo UBS. Esses modelos são revisados periodicamente para garantir sua adequação e robustez. Quando necessário, os parâmetros são recalibrados e replicados para as demais entidades legais do Grupo no Brasil. O UBS Brasil aplica essas atualizações na estimativa da perda esperada de seu crédito, com aprovação do UBS Brazil Executive Committee (ExCo). Para o cálculo da perda esperada de crédito, o UBS aplica uma metodologia estatística provida pela matriz, utilizando o modelo: PE = PD x LGD x EAD. A mensuração da perda do valor recuperável de ativos financeiros é baseada no modelo de cálculo de perda de crédito esperada acima e classifica os ativos em três estágios: Estágio 1: perdas esperadas para os próximos 12 meses, aplicável a ativos sem aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Estágio 2: perdas esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro, aplicável a ativos com aumento significativo no risco de crédito; e Estágio 3: perdas esperadas para ativos com evidência objetiva de problemas de recuperação de crédito. O Banco não possui nenhum instrumento com perda incorrida associada ao risco de crédito no exercício. A perda esperada foi calculada sobre operações de crédito, com característica de concessão de crédito (vide nota 8), fianças e outros créditos. O Banco não possui ativos problemáticos em 31 de dezembro de 2025. Um nota só pode deixar de ser classificado como ativo financeiro com problemas de recuperação de crédito no caso de: i. inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos; ii. Manutenção de pagamento tempestivo de principal e de encargos por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade de pagamento da contraparte de honrar suas obrigações; iii. Cumprimento das obrigações contratuais por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; e iv. Evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. f. As operações com instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo no resultado e contabilizadas da seguinte forma: • Os ajustes diários no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidos ou incorridos. • Os prêmios pagos ou recebidos nas operações de opções são registrados, até a liquidação das mesmas, em contas patrimoniais, ajustados ao valor justo em contrapartida ao resultado; • As operações no mercado a termo são registradas em contas patrimoniais pelo valor final contratado devidamente ajustado a mercado. A diferença entre o valor final contratado e o preço à vista do ativo financeiro é reconhecido nas receitas e despesas em função do prazo de fluência dos contratos; inclui os contratos de câmbio, que a partir de 1 de janeiro de 2025, passaram a ser registrados como termo de moedas; • Os ativos e passivos decorrentes de operações de *swaps* são registrados em contas patrimoniais pelo valor contábil justo, em contrapartida ao resultado; e • A provisão de *spread* de risco de crédito (*Credit Valuation Adjustment* - *CVA*) para os instrumentos financeiros derivativos é calculada sobre o somatório do valor de mercado dos derivativos e seus respectivos ganhos potenciais futuros, conforme Resolução BCB nº 229 e Circular BC nº 3.849/17, g. A mensuração a valor justo para a maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços ou cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo são calculados conforme descrito abaixo: • **Nível 1:** Cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado; incluem títulos e valores mobiliários altamente líquidos, que são negociados em um mercado ativo; • **Nível 2:** Modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam modelos matemáticos de interpolação de taxas para prazos intermediários em conjunto com os preços observáveis determinados por intermédio de outros instrumentos financeiros com características semelhantes; incluem contratos de derivativos cujo valor não é determinado através de um modelo de precificação com dados, são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos; e • **Nível 3:** Modelos de precificação desenvolvidos pela administração com base em preços não observáveis, os quais refletem a melhor expectativa da administração; incluem empréstimos a valor justo no resultado, apurados por meio de métodos e modelos matemáticos-financeiros, os quais utilizam os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos ou similares para a marcação a mercado. O valor justo dos títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e operações de crédito e com característica de concessão de crédito, bem como sua hierarquia estão divulgados nas notas 6, 7 e 8. h. Baixa de ativos financeiros - os ativos financeiros são baixados quando o resultado de uma ação legal indicar que não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos, ou por determinação da gerência. A baixa de um passivo financeiro é efetuada quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, extintas, canceladas ou expiradas. i. Os investimentos em empresas cujos resultados são avaliados por meio de instrumentos patrimoniais, na proporção da participação no patrimônio líquido das sociedades investidas. A partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.817/20 as participações em entidades que não se qualificam como coligada, controlada ou controladas em conjunto devem ser registradas a valor justo. j. Avaliação do valor recuperável - os ativos não financeiros, incluindo os outros investimentos avaliados ao custo de aquisição, estão sujeitos à avaliação do valor recuperável no mínimo anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não serão recuperados no futuro, conforme Resolução CMN nº 4.924 de 24/6/2021. Em 31 de dezembro de 2025, não foi identificada perda por redução ao valor recuperável em ativos não financeiros. k. Imobilizado - conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/16, o imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e as benfitórias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um ano. São reconhecidos pelo valor de custo e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A taxa de depreciação dos bens imobilizados é feita pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, e em conformidade com a referência para a taxa de depreciação imputada à renda fixo constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas ações e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social está calculada à alíquota de 20%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos atuais, após análise de realização, são calculados sobre as aplicações temporárias, o prejuízo fiscal e a base negativa acumuladas. Esses impostos diferidos são reconhecidos à medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros serão gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos quando a utilização desses benefícios fiscais não for mais provável, dentro do prazo de 10 anos. Os tributos diferidos passivos são calculados sobre as exclusões temporárias. O valor referente ao crédito tributário está divulgado na nota 18(c). m. Negociação e intermediação de valores são demonstrados pelo valor das operações de compra e venda de ações e ativos financeiros realizadas na B3 S.A., por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação. n. Planos de remuneração de longo prazo - os prêmios atribuídos aos funcionários, relativos aos planos globais de remuneração de longo prazo, são registrados no resultado do exercício, em contrapartida a um passivo, à medida que suas condições, tais como a permanência no Banco, sejam cumpridas. Os ajustes dessas passivas em função de liquidação também são registrados em contrapartida ao resultado do exercício. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesas de pessoal. Os valores de passivos de remuneração de longo prazo estão divulgados na nota 18b. o. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que indiquem a garantia de sua realização e sobre as quais não cabam mais recursos; • Provisões passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados, tampouco divulgados, conforme legislação vigente; e • Obrigações legais - quando existentes, são reconhecidas nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito. Estas são representadas por processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade. Os valores das provisões estão divulgados na nota 15. p. Em atendimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.277/13, foram reconhecidos contabilmente os efeitos relativos ao apuração dos instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado (títulos públicos federais, opções de ações, ações e financiamentos) para as empresas integrantes do Conglomerado UBS Brasil, q. Em atendimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.877/20, foi reconhecido contabilmente o passivo atuarial relativo a benefícios pós-emprego (assistência médica), com base no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados. A revisão das premissas e avaliação dos efeitos relativos a esse passivo atuarial são efetuadas anualmente. Os impactos do custo do serviço corrente e juros sobre o valor líquido do passivo são registrados em contrapartida ao resultado do exercício. O valor da provisão para o passivo atuarial está divulgado na nota 14. r. O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício, quando aplicável. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. Não há distinção no método de cálculo do lucro básico e diluído por ação, uma vez que não há instrumentos de patrimônio ou qualquer outro instrumento associado que possam produzir potencial diluição. s. A moeda funcional do Banco e de suas controladas no Brasil é o Real e a da UBS Brazil Bahamas Limited, sediada no exterior, é o Dólar Norte Americano. Para a controlada no exterior, os ativos e passivos monetários são convertidos pelas taxas de câmbio no fim do período, os itens não monetários são calculados pelas taxas de câmbio históricas na data das operações e os saldos de resultado pelas taxas de câmbio das datas de ocorrência das transações. Desta forma, a parcela relativa aos ajustes de variação cambial, decorrentes do processo de conversão das informações financeiras da controlada no exterior, foram registrados no patrimônio líquido e apresentados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e de resultado abrangente. t. Resultados recorrentes e não-recorrentes - em atendimento a Resolução BCB N° 2 de 12 de agosto de 2020, no Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 registramos o seguinte evento não recorrente: A UBS Brazil Bahamas Limited, subsidiária em Bahamas e 100% controlada pelo Banco de Investimentos, reduziu seu capital em USD 50.000, bem como pagou a totalidade de seus lucros acumulados até 31 de dezembro de 2024, com dividendos ao seu controlador, em 31 de dezembro de 2025. Esse evento gerou a baixa para o resultado de "Outros resultados abrangentes", decorrentes de ajustes de conversão de moeda, no valor de R\$ 624.705, referente a variação cambial sobre o patrimônio líquido da subsidiária, cuja moeda funcional é o dólar americano. Não houve impacto no patrimônio líquido total do Banco de Investimentos em decorrência do evento mencionado. u. Com relação ao disposto na Resolução CMN 4.924/21, o Banco decidiu manter a utilização da taxa divulgada pelo Banco Central do Brasil (PTAX), para o exercício de 2025, para suas operações indexadas a esta moeda.

reanequamentamento das carteiras aos limites permitidos pela regulamentação vigente. O Conglomerado também acompanha o risco de taxa de juros da sua carteira de não negociação e possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente, onde se discute a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, excessos de limites, *back testing* de modelos etc. O risco de mercado do Conglomerado é identificado, calculado e monitorado diariamente e informado à mesa de operações e à Diretoria do Conglomerado com base na posição consolidada do Conglomerado, assim como os valores de sensibilidade apresentados nesta nota. O Conglomerado estima o VaR em um horizonte de um dia e em nível de confiança de 98%. O modelo utilizado para estimar o VaR é uma simulação histórica, e a aderência do modelo é testada por meio de verificações posteriores (*back testing*) que consistem em calcular a porcentagem de vezes em que o retorno efetivo do portfólio é superior em módulo à estimativa do VaR e comparar o número com o nível de confiança utilizado. Em 31 de dezembro de 2025, a posição do VaR das carteiras de negociação e não negociação do Conglomerado era de R\$ 4.627. A análise de cenários é um processo pelo qual são analisados os retornos esperados segundo possíveis eventos futuros. É utilizada para verificar as perdas potenciais com baixa probabilidade de ocorrência. O modelo de análise de cenários possui natureza dinâmica, pois representa um conjunto de dois cenários: otimista e pessimista. Esses cenários incorporam, em intervalos regulares, as variações que refletem mudanças estruturais no mercado com base em preços históricos e volatilidades, questões econômicas e liquidez do mercado. i. Risco de Juros: O risco de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros varie devido a mudanças nas taxas de juros do mercado. Os riscos de juros são geridos pelo Conglomerado de forma consolidada por meio de técnicas de monitoramento de exposição e do uso dos vários derivativos de juros disponíveis no mercado. Em 31 de dezembro de 2025, a sensibilidade à taxa de juros nominal em reais do Conglomerado era ganho de R\$ 1 para cada ponto-base de alta, e a sensibilidade à taxa de juros local em US\$ era perda de R\$ 49 para cada ponto-base de baixo. ii. Risco de câmbio: O risco de câmbio do Conglomerado pode ser dividido em três parcelas, como segue: a primeira é a exposição advinda da posição dos produtos relacionados com operações cambiais, bem como seus derivativos; a segunda parcela é uma posição vendida em dólares americanos devido à provisão para pagamentos a funcionários relativos a planos de compensação diferida; e a terceira e última é uma posição vendida em francos suíços que representa a valor provisionado para pagamento aos funcionários relativo a planos de compensação diferida lastreados em ações do Banco. Em 31 de dezembro de 2025, o Conglomerado tinha uma exposição líquida de aproximadamente US\$ 8.882 (comprado em US\$ e vendido em R\$) em sua posição proprietária, US\$ 18.774 relativo à provisões de pagamento e CHF 1.344 relativo às ações mencionadas anteriormente. A sensibilidade de risco de câmbio para cada ponto-base percentual representaria um impacto material, sem incluir os passivos mencionados anteriormente, no resultado antes dos impostos. De modo geral, o Conglomerado controla sua exposição ao risco de mercado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites, estratégias consolidadas de risco de câmbio/índices e procedimentos de monitoramento de risco de câmbio e índices, como de VaR e *Stress-testing*. iii. Risco de ações: O risco de ações é gerido de forma consolidada. Em 31 de dezembro de 2025, após levar em consideração as posições por papel e os instrumentos financeiros derivativos, o Conglomerado apresentava uma exposição em ações de aproximadamente R\$ 30.324 em uma posição vendida. Portanto, a sensibilidade de risco de ações para cada ponto-base percentual nos preços das ações representa um impacto de R\$ 3 em Dimensão de 2025 nos resultados antes dos impostos. **b. Risco de crédito** - O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de valores contratuais, é mitigado por meio da diversificação das contrapartes, do monitoramento contínuo e da definição de limites de crédito com base na análise da situação financeira das contrapartes, bem como pela exigência de garantias, quando aplicável. O Conglomerado adota políticas, metodologias e procedimentos específicos para o monitoramento do risco de crédito de suas carteiras de empréstimos, *derivatives Over the Counter* (OTC), fianças e debêntures. A gestão do risco é conduzida por uma área independente das unidades de negócios, sendo a área de *Credit Risk Control* (CRC) responsável pela apuração mensal da exposição de crédito e pela realização de testes de estresse sobre as provisões de crédito. Na data-base de 31 de dezembro de 2025, a exposição total da carteira de crédito foi de R\$ 5.005 milhões, representando uma redução de 45% em relação ao mesmo período do ano anterior. A perda esperada (PE) apurada em dezembro de 2025 foi de R\$ 2,97 milhões, uma redução significativa quando comparada com os R\$ 15,6 milhões apurados em janeiro de 2025. Adicionalmente, verifica-se que o cálculo da PE estressada em dezembro de 2025 totalou R\$ 3,43 milhões, representando um aumento de 16% em relação à PE não estressada, reflexo principalmente de choques em exposições classificadas como CCC. Ressalta-se que, na data-base considerada, apenas uma operação foi classificada no estágio 2, sendo todas as demais alocadas no estágio 1. A movimentação entre estágios ocorre conforme a deterioração ou melhora da qualidade de crédito. Por fim, salienta-se que a carteira de crédito - composta majoritariamente por clientes do private banking, com garantias financeiras, vencimento em curto e médio prazo - é considerada de baixo risco está alinhada à estratégia de apetite de risco da instituição. **c. Risco de liquidez** - o risco de escasseamento entre ativos e passivos em diferentes prazos e moedas de liquidação é gerenciado através de mecanismos que incluem a simulação de cenários e manutenção de limites mínimos de recursos aplicados em ativos líquidos. O Conglomerado possui política, definição de apetite e plano de contingência para o risco de liquidez. São usadas metodologias para o acompanhamento da liquidez até um determinado horizonte de tempo, segundo cenário base e cenários de estresse. O Comitê de Riscos discute a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, excessos de limites, concentração das captações, etc. Cabe ressaltar que o Conglomerado possui linhas de crédito para liquidez junto ao UBS Grupo no valor de US\$ 1.000 milhões, com vencimento em abril de 2026, R\$ 330 milhões em Itaú (vencimento em janeiro de 2026), R\$ 620 milhões com Banco do Brasil (vencimento em janeiro 2026) e R\$ 50 milhões com Bradesco (vencimento em março de 2026), sendo que foi utilizada US\$ 250 milhões junto ao UBS Grupo em 31 de dezembro de 2025. Essas linhas de crédito são renovadas de tempos em tempos para atender a liquidez do conglomerado. **d. Risco operacional** - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos é gerenciada por estrutura criada com essa finalidade, por meio do acompanhamento e da mensuração das perdas operacionais, bem como pela divulgação íntima da cultura de monitoramento desse risco. O Conglomerado possui área para gestão do risco operacional, independente das áreas de negócios, que acompanha os riscos operacionais de cada linha de negócio, bem como das áreas de controle, análise os casos em que houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos que se reúne periodicamente, onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O Conglomerado também possui política para recuperação de desastres e realiza testes periódicos, por exemplo, que simulam situações em que os colaboradores não podem acessar o local de trabalho. **e. Gestão de capital** - o processo de gerenciamento de capital da Administração considera o ambiente econômico em que o Conglomerado opera, sendo compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do grupo. O objetivo desse processo é assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias adotadas e seus riscos subjacentes. Esse gerenciamento é contínuo e visa manter uma base de capital sólida, capaz de sustentar o desenvolvimento das atividades e absorver riscos, tanto em cenários normais quanto adversos, além de garantir a conformidade com os requerimentos regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil na Resolução CMN nº 4.557/17. Os indicadores de gerenciamento de capital são monitorados mensalmente pelo comitê responsável por risco de mercado, liquidez e capital, e bimestralmente pelo fórum de ativos e passivos. Durante o desenvolvimento do plano de capital, conduzido anualmente, são avaliados os possíveis impactos das mudanças nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções financeiras e as decisões estratégicas do Conglomerado, incluindo a revisão dessas projeções e inclusão de cenários de estresse, para garantir sua adequação às condições de mercado e aos objetivos estratégicos. Os índices de capital aos quais o Conglomerado está sujeito, em cumprimento à Resolução CMN nº 4.968/21, estão apresentados a seguir:

	Dezembro/2025
Patrimônio de Referência Nível I	4.426.866
Capital Principal	4.426.866
Patrimônio de Referência Nível II	-
Patrimônio de Referência (PR)	4.426.866
RWA de Crédito 1	4.751.661
RWA de Mercado 1	2.093.865
RWA Operacional	5.487.253
<b>Total do RWA</b>	<b>12.332.780</b>
Adicionais de Capital Aplicáveis	2.50%
Conservação	2.50%
<b>Índice de Basileia - Capital Nível I</b>	<b>35,90%</b>
Mínimo Requerido 1	8,50%
<b>Índice de Basileia - Capital Principal</b>	<b>35,90%</b>
Mínimo Requerido 1	7,00%
<b>Índice de Basileia - Patrimônio de referência</b>	<b>35,90%</b>
Mínimo Requerido 1	10,50%

1 O RWA referente aos riscos de crédito e de mercado são apurados pela abordagem padronizada (RWAC e RWAM) e os riscos de crédito e de mercado são apurados pela abordagem padronizada (RWAC e RWAM).

2 Os mínimos requeridos já estão acrescidos dos adicionais de capital aplicáveis, sendo o mínimo de Capital Nível I de 6%, o mínimo de Capital Principal de 4,5% e o mínimo do Patrimônio de Referência de 8%.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores de caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

	Dezembro/2025
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.118</b>
Disponibilidades	2.118
Aplicações em moedas estrangeiras	17.881
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>5.621.197</b>
<b>Posição bancada</b>	<b>1.978.109</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	982.575
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	992.535
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	2.999
<b>Posição financiada</b>	<b>1.794.934</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	51.535
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.743.399
<b>Posição vendida</b>	<b>1.848.154</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	806.540
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.241.704
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5.641.196</b>

Em 31 de dezembro de 2025, todas as aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na categoria ativos financeiros ao custo amortizado e no estágio 1 da classificação por estágios de risco de crédito e Carteira C5 dos níveis de provisão para perdas. Para a data base de dezembro de 2025 não há perda esperada registrada para as aplicações interfinanceiras de liquidez. Todas as aplicações interfinanceiras de liquidez tem prazo de vencimento inferior a 90 dias em 31 de dezembro de 2025.

### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Dezembro/2025
<b>Ativos financeiros ao valor justo no resultado</b>	<b>2.994.619</b>
Cotas de Fundos de Investimentos Multimercado (6)(a)	2.994.619
Cotas de Fundo de Investimento	-
Liquidez Câmara BM&FBOVESPA Multimercado (FILCB) (6)	59.643
Cotas de Fundos Imobiliários (6)	634
Títulos Públicos Federais - Letras Financeiras do Tesouro (6)	181
Ações de companhias fechadas (7)	27.713
<b>Total de títulos e valores mobiliários</b>	<b>3.082.790</b>

As Cotas de Fundos de Investimentos Multimercado da carteira própria estão representadas por aplicações em fundos exclusivos do Banco e não têm vencimento. Os fundos têm suas cotas enviadas diariamente a CVM/Anbima e divulgadas suas demonstrações financeiras auditadas anualmente com data base de 31 de dezembro. Em 31 de dezembro de 2025, a composição da carteira do fundo multimercado mais relevante nesta linha (que compõe 99% do saldo), está representada por 53% em títulos públicos federais com vencimentos entre 2026 e 2027, 14% em cotas de companhias abertas, 8% em cotas de fundo de investimentos proprietário no exterior, 27% em cotas de fundo multimercado e 23% em instrumentos financeiros derivativos com vencimentos até 2039. As Cotas de Fundo de Investimento Liquidez Câmara BM&FBOVESPA Multimercado (FILCB) estão custodiadas nas câmaras de liquidação e compensação da B3 S.A., não têm vencimento e estão classificadas no nível 2 da hierarquia de valor justo. (6) As Cotas de Fundos Imobiliários não têm vencimento e estão classificadas no nível 3 da hierarquia de valor justo. (7) Os títulos públicos federais estão custodiados na Selic, tem vencimento abaixo de 1 ano e estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. (8) As ações de companhias fechadas não têm vencimento e estão classificadas no nível 3 da hierarquia de valor justo. Em 31 de dezembro de 2025, a carteira de títulos e valores mobiliários está classificada na categoria ativos financeiros ao valor justo no resultado, no estágio 1 (exceto cotas de fundos imobiliários e ações de companhias fechadas) da classificação por estágios de risco de crédito e carteira C5 dos níveis de provisão para perdas. Para a data base de exercício de 2025 não há perda esperada registrada para os títulos e valores mobiliários. A tabela a seguir inclui a movimentação dos valores do balanço patrimonial para os ativos financeiros a valor justo no resultado classificados como nível 3:

	Nível 3
<b>Saldo em 01/01/2025</b>	<b>40.103</b>
Aquisições	27.713
Amortizações	(39.822)
Ganhos/(perdas) no resultado	353
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>28.347</b>

### 7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

#### a. Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contraparte:

	Dezembro/2025	
	Ativo	Passivo
<b>Valores financeiros dos contratos</b>	<b> Mercado</b>	<b> Mercado</b>
Contratos futuros	259.319	1.858
Pessoas jurídicas	259.319	1.858
Swaps	4.610.065	121.763
Pessoas jurídicas - ligadas	4.610.065	121.763
Opções	1.956.463	62.464
Instituições financeiras - não ligadas	-	61.906
Pessoas jurídicas - ligadas	1.085.208	62.464
Pessoas físicas	-	19.946
Pessoas jurídicas	871.265	-
Outros	27.713	1.733
<b>Total</b>	<b>6.853.560</b>	<b>186.085</b>

continua...

#### b. Vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos a valor de mercado

Vencimentos	Ativo			
	Swap	Opções	Futuros	Total
Até 90 dias	26.242	-	1.858	28.100
De 1 a 365 dias	3.082	60.417	-	63.499
De 1 a 3 anos	92.439	2.047	-	94.486
<b>Total</b>	<b>121.763</b>	<b>62.464</b>	<b>1.858</b>	<b>186.085</b>

  

Vencimentos	Passivo			
	Swap	Opções	Futuros	Total
Até 90 dias	-	16.429	-	16.429
De 1 a 365 dias	(36.033)	56.317	-	20.284
De 1 a 3 anos	(21.837)	9.106	-	(12.731)
De 3 a 5 anos	(8.537)	-	1.733	(6.804)
De 5 a 15 anos	96.515	-	-	96.515
<b>Total</b>	<b>30.108</b>	<b>81.852</b>	<b>1.733</b>	<b>113.693</b>

#### c. Valor referencial dos instrumentos financeiros derivativos por indexador

Indexador	Swaps		Futuros		Opção		Outros		Total
Moeda	1.375.600	259.319	-	-	-	-	-	1.634.919	
Taxa de juros	1.604.465	-	-	-	-	-	-	1.604.465	
Ações	-	-	871.265	27.713	-	-	-	898.968	
Outros	1.630.000	-	1.085.208	-	-	-	-	2.715.208	
<b>Total</b>	<b>4.610.065</b>	<b>259.319</b>	<b>1.956.463</b>	<b>27.713</b>	-	-	-	<b>6.853.560</b>	

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2025, tem prazo máximo de vencimento até 15 anos e estão registradas nas câmaras de liquidação e compensação da B3 S.A. As operações em aberto em 31 de dezembro de 2025, tem prazo máximo de vencimento até 15 anos e estão registradas nas câmaras de liquidação e compensação da B3 S.A. e são utilizadas para hedge econômico de outras posições no balanço do Banco. As operações possuem garantia de títulos públicos em margem, depositados na B3 S.A. As operações possuem



# Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A

C.N.P.J. 33.987.793/0001-33

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de Reais)

11. INVESTIMENTOS	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	Resultado de equi- valência patrimonial			Valor contábil do investimento	Dividendos recebidos	Descrição	Natureza do relacionamento	Dezembro/2025
				Ajuste de avaliação patrimonial	Ações possuídas	% de Participação					

Participações societárias em controladas	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações possuídas	% de Participação	Valor contábil do investimento	Dividendos recebidos	Descrição	Natureza do relacionamento	Dezembro/2025
<b>No país</b>											
Banco UBS (Brasil) S.A.	135.000	170.435	19.841	-	54.000	100%	19.841	170.435	-	Controladas	(83.060)
Credit Suisse (Brasil) S.A.										Controladas	(132.083)
Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	210.000	279.123	36.170	-	98.000	100%	36.170	279.123	-	Relacionadas	(10.438)
UBS (Brasil) Corretora de Valores S.A.	752.498	266.430	(430.553)	(7.216)	13.850.000	100%	(430.553)	266.430	-	Controlada	(166.079)
Credit Suisse Hedging-Griffo Wealth Management S.A.	58.100	41.859	21.547	-	58.100.000	100%	21.547	41.859	-	Controlada	20.804
UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda. 18	1.572.174	11.375	(181.943)	(2.972)	1.572.174.039	100%	(98.303)	11.375	-	Relacionadas	(13.395)
Latam Brasil Investimentos Ltda 19				-	39.241.552	100%	180	769.222	-	Controlada	(29.622)
Total							(451.118)				287
<b>No exterior</b>											
UBS Brazil Bahamas Limited 18	110.048	129.962	21.015	-	20.000.000	100%	21.015	129.962	1.087.077	Relacionadas	(1.034)
Total							(430.103)	899.184	1.087.077	Relacionadas	34.667

**a. Ajuste de avaliação patrimonial em coligadas e controladas decorrente da constituição de provisão atuarial sobre benefícios a empregados (plano de saúde), conforme CPC 33 (R1).**

**b. Subsidiária integral cuja principal atividade é facilitar a atuação nos mercados financeiros internacionais, sendo os riscos consolidados pelo Banco.** Em atendimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.524/16, a parcela do resultado de equivalência patrimonial relativa aos ajustes decorrentes do efeito da variação cambial está registrada em conta de patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025, o montante registrado no patrimônio líquido do controlador considera as perdas decorrentes de variação cambial deste investimento, líquidos dos efeitos tributários, no montante de R\$ 87.989.

Em maio de 2025 a controladora anunciou a distribuição de dividendos com base em lucros acumulados da entidade no montante de US\$ 198.553 e redução de capital no montante de US\$ 50.000, ambos eventos aprovados pelo Banco Central das Bahamas. Os eventos resultaram em um reconhecimento no resultado do período de receita de variação cambial realizada no montante de R\$ 578.018, líquidos dos efeitos tributários.

**c. A aquisição da totalidade da Latam Brasil Investimentos Ltda pelo Banco foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em Maio de 2025, sendo a Companhia incorporada pelo controlador em Novembro de 2025.**

**d. Em 17 de dezembro de 2025, o Banco Central do Brasil aprovou a aquisição da UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda pelo Banco. O resultado de equivalência patrimonial do Banco equivale ao resultado da UBS Brasil Administradora de 30 de junho de 2025 (data do laudo de avaliação) até 31 de dezembro de 2025.**

12. QUEBRA DE PRAZO DE PASSIVOS FINANCEIROS E OUTROS PASSIVOS	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
<b>Passivos Financeiros classificados na categoria valor justo no resultado</b>	-	197.244	1.428.137	1.385.055	-	-	3.010.436
Carteira Livre Movimentação	-	-	1.230.893	596.077	-	-	1.826.970
Letras Financeiras do Tesouro LFT	-	-	-	596.077	-	-	596.077
Letras do Tesouro Nacional LTN	-	-	1.230.893	-	-	-	1.230.893
Obrigações por empréstimos de instrumentos financeiros	-	197.244	197.244	788.978	-	-	1.183.466
Aluguel de Ações	-	197.244	197.244	788.978	-	-	1.183.466
<b>Passivos Financeiros classificados na categoria custo amortizado</b>	38	1.947.854	671.977	439.085	1.900	-	3.060.854
Obrigações por Operações Compromissadas	-	1.784.811	-	-	-	-	1.784.811
Carteira de Tercos	-	1.784.811	-	-	-	-	1.784.811
Letras Financeiras do Tesouro LFT	-	50.374	-	-	-	-	50.374
Letras do Tesouro Nacional LTN	-	1.734.437	-	-	-	-	1.734.437
<b>Depósitos</b>	38	-	128.157	107.561	-	-	235.756
Depósitos a Prazo	-	-	128.157	107.561	-	-	235.718
Outros Depósitos	38	-	-	-	-	-	38
<b>Certificados de Operações Estruturadas</b>	-	163.043	543.820	331.524	1.900	-	1.040.287
Valor Nominal Protegido	-	163.043	543.820	331.524	1.900	-	1.040.287
<b>Outros Passivos</b>	-	87	573	604	-	10.173	11.437
Rendas Antecipadas	-	87	573	604	-	10.173	11.437
<b>Total</b>	38	2.145.185	2.100.687	1.824.744	1.900	10.173	6.082.727

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES	Sem vencimento	Abaixo de 3 meses	De 3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Dezembro/2025
<b>Sociais e estatutárias</b>							
Gratificações e participações	38.609	14.589	3.699	8.465	79	-	65.441
<b>Fiscais e previdenciárias</b>							
Obrigações fiscais diferidas	1.298	-	-	56.180	-	-	57.478
Outros impostos e contribuições	-	5.143	6.636	-	-	-	11.779
<b>Diversas</b>							
Provisões para férias, 13º salário e encargos	-	66.000	10.070	-	-	-	76.070
Aquisição de bens e direitos	-	-	-	-	157.241	-	157.241
Passivo atuarial	22.114	-	-	-	-	-	22.114
Outras provisões e despesas administrativas - intercompany	-	23.163	-	-	-	-	23.163
Outras provisões e despesas administrativas	1.877	15.890	30	-	-	-	17.797
<b>Total</b>	63.898	124.775	20.435	64.645	79	157.241	431.073

<sup>1</sup> Valor referente a obrigações de ex-partners relate a aquisição da Credit Suisse Hedging-Griffo Investimentos S.A.

<sup>2</sup> Provisão de passivo atuarial para plano de assistência médica (nota 15).

14. EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR	Valor Captado em Moeda Estrangeira	Valor em R\$	Dezembro/2025		
				2025	
2/12/2025	23/02/2027	USD	FED + 0,506%	100.000	552.062
2/12/2025	26/05/2027	USD	FED + 0,623%	100.000	552.114
19/12/2025	20/09/2027	USD	FED + 0,651%	50.000	275.484
30/12/2025	21/1/2026	USD	PRE NY + 3,638%	226.000	1.243.532
31/12/2025	2/1/2026	USD	PRE NY + 3,64%	1.000	5.502
10/12/2024	11/4/2025	USD	SOFR + 0,06%	200.000	-
30/12/2024	2/1/2025	USD	PRE NY + 4,33%	27.010	-
<b>Total empréstimos no exterior</b>				2.628.695	764
Juros a liquidar de empréstimos no exterior				-	764
<b>Total - 2025</b>				2.629.459	-

**15. PASSIVO ATUARIAL**

O Banco oferece plano de saúde para seus colaboradores e dependentes, arcando com uma parcela e/ou total do custo do plano. Está garantida a continuidade da assistência médica aos participantes do plano de forma temporária ou vitalícia à medida em que se desligarem ou se aposentarem, dependendo do tempo total de contribuição durante a carreira ativa. O passivo atuarial corresponde ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo e é originado pelo subsídio concedido pela empresa aos inativos, ou seja, corresponde à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição esperada ao longo do tempo. O valor reconhecido como "Outras obrigações - diversas" no exercício foi de R\$ 22.114. As perdas reconhecidas como "Ajustes de avaliação patrimonial" foi de R\$ 806, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, líquido dos efeitos tributários. O Banco realiza a estimativa e definição das premissas utilizadas na avaliação atuarial anualmente.

**i. Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial**

de dezembro/2025	de dezembro/2025
a. Taxa real de juros/desconto da obrigação atuarial	11,83% a.a. (7,27% a.a. real)
b. Taxa anual de inflação de longo prazo	4,25% a.a.
c. Tábua de mortalidade geral	AT-2000, suavizada em 10%
d. Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas
e. Tábua de mortalidade de inválidos	IAPIB - 57
f. Hipótese sobre rotatividade	19%
g. Taxa estimada de permanência no plano	75%
h. Aposentadoria	Eligibilidade à Previdência Social
i. Composição familiar dos ativos	90% casados, cônjuge masculino 4 anos mais velho
j. Composição familiar dos inativos	Família informada
k. Inflação médica (HCCTR)	7,38% a.a. (3,00% a.a. real)
l. Aumento de custos por idade (aging factor)	3,00% a.a.

**ii. Exposição a riscos:** As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós-emprego, expõe o Banco aos principais riscos dispostos a seguir: • Risco de juros/inflação: os valores dos planos estão vinculados aos índices de juros e inflação, e uma diminuição nessas taxas, elevará as obrigações e, por consequência, o passivo atuarial e despesas mais relevantes; e • Expectativa de vida/permanência no plano: os benefícios definidos disponibilizados pelo Banco possuem como variável a idade do beneficiário e a permanência no plano, por isso o aumento da expectativa de vida e de permanência no plano após a aposentadoria resultaria em um aumento do passivo e das despesas.

iii. Reconhecimento do passivo atuarial	Dezembro/2025
a. Reconciliação do valor das obrigações atuariais	
1. Valor das obrigações no início do ano	13.680
2. Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	342
3. Juros sobre obrigação atuarial	1.644
4. Custo do serviço passado	5.597
5. Saída de transferências líquidas (incluindo o efeito de fusões, aquisições e alienações)	(78)
6. Benefícios pagos pelo plano	(439)
7. Ganho atuarial decorrente de alterações nas premissas financeiras	455
8. Ganho atuarial decorrente da experiência da população	913
9. Valor das obrigações calculadas no final do ano	22.114
b. Reconciliação do balanço	
1. Passivo no balanço no início do exercício	13.680
2. Despesa reconhecida no exercício corrente	7.583
3. Montantes reconhecidos no OCI no exercício corrente	1.368
4. Entrada de transferências líquidas (incluindo o efeito de fusões, aquisições e alienações)	(78)
5. Contribuições de patrocinadoras vertidas no ano	(439)
6. Passivo no balanço no final do ano	22.114
c. Componentes da despesa do plano	
1. Custo do serviço corrente	342
2. Custo do serviço passado	5.597
3. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo	1.644
Total da despesa a ser reconhecida	7.583
d. Valores reconhecidos na demonstração de receitas e despesas (OC)	
1. Ganho atuarial decorrente de alterações nas premissas financeiras	455
2. Perda atuarial decorrente da experiência da população	913
Total custo reconhecido no OCI	1.368
e. Conciliação dos valores reconhecidos no balanço	
1. Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	22.114
Passivo líquido	22.114
f. Componentes da despesa do plano projetada	
1. Custo do serviço corrente	311
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo	2.561
Total da despesa a ser reconhecida	2.872
g. Duração da obrigação atuarial	15,7
h. Fluxo de benefícios futuros	
Exercício atual +1	930
Exercício atual +2	1.067
Exercício atual +3	1.125
Exercício atual +4	1.205
Exercício atual +5	1.352
Exercício atual +6 até exercício atual +10	9.388

iv. Sensibilidade da obrigação de benefício	Dezembro/2025
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial	(1.409)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial	1.571
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo do serviço	(23)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo do serviço	26
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo dos juros	(65)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo dos juros	70
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial	1.630
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial	(1.470)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+0,5%) no custo do serviço	29
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-0,5%) no custo do serviço	(26)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+0,5%) no custo dos juros	231
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-0,5%) no custo dos juros	(136)

16. PROVISÕES	Dezembro/2024	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Dezembro/2025
Fiscais	34.056	25.775	(24.343)	(2.111)	33.377
Trabalhistas <sup>(a)</sup>	2.133	2.211	(61)	(492)	3.791
Cíveis	16.310	1.163	(442)	(27)	17.004
Garantias prestadas <sup>(b)</sup>	129	-	(129)	-	-
<b>Total</b>	52.628	26.634	(8.908)	(1.009)	54.172

<sup>(a)</sup> Referem-se a ações contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação.

<sup>(b)</sup> Reversão ocorrida pela aplicação da Res. 4.966/21.

As principais contingências provisionadas são: • Mandado de Segurança (MS) impetrado para assegurar o direito de

utilização da totalidade de seus prejuízos fiscais, sem a limitação quantitativa prevista pela Lei nº 8.981/95. O valor da causa atualizada é R\$ 5.930, estando depositado em juízo o montante de R\$ 6.817. • O Banco argumenta que as entidades financeiras devem estar sujeitas à mesma taxa da CSLL aplicável a entidades não financeiras (10% ao invés de 23%). O valor da causa atualizada é R\$ 7.152, estando depositado em juízo o montante integral. O Banco discute processos nas esferas judicial e administrativa, não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, por apresentarem risco de perda possível de acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos. Os principais processos são: • Ação na aquisição de investimentos: o Banco defende na esfera administrativa e judicial autuações ocorridas em abril de 2013, janeiro de 2016 e dezembro de 2022 sobre a possibilidade de deduzir o ágio apurado quanto do aquisição da Hedging-Griffo na base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O valor atualizado da causa é de R\$ 607.922, estando parte da discussão depositada em juízo no montante de R\$ 98.887, parte garantida por seguro, havendo ainda um saldo remanescente, referente à última autuação, para o qual não foi necessário garantir o valor correspondente; • Limitação temporária da dedutibilidade de perdas com derivativos: o Banco defende na esfera judicial a possibilidade de deduzir perdas em operações com derivativos, ocorridas em 1999, na base de cálculo do imposto de renda, não limitando-se aos ganhos obtidos em operações de mesma natureza. O valor atualizado da causa é de R\$ 538.458; • Encargos sociais sobre Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos empregados: o Banco discute nas esferas administrativa e judicial se os valores pagos a título de PLR atenderam aos requisitos da Lei nº 10.101/00, de modo a não incidir encargos sociais. Essas autuações referem-se aos exercícios de 2006 a 2013. Ademais, no exercício de 2025 as discussões foram incluídas na Transação - Edital 27/2024, de acordo com o qual o débito poderia ser quitado com benefícios de redução de juros e isenção de multa. Assim, foi efetuado o pagamento de R\$ 15.756, e aguardarão apenas formalização final por parte da RFB. • Glosa de despesas com erros operacionais: o Banco defende autuação ocorrida em abril de 2013, na qual o RFB descharacterizou despesas incorridas em 2008 com erros operacionais. Tais despesas foram consideradas indevidas no cálculo do IR e da CSLL, mas tributáveis na fonte com rendimentos. Objeitando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o Banco apresentou na esfera judicial seguro - garantia da totalidade dos débitos. O valor atualizado da causa é de R\$ 27.483; • Tributação do ganho de capital na venda dos títulos patrimoniais da Bovespa e BM&F: o Banco discute na esfera judicial autuação ocorrida em setembro de 2010 sobre ganho de capital na venda dos referidos títulos patrimoniais não tributados para fins do PIS e da COFINS, uma vez que se referiam a resultado na venda de ativo permanente. O Banco possui seguro - garantia da totalidade do débito. O valor atualizado da causa é de R\$ 23.188; • O Banco discute na esfera judicial o IRPJ e CSLL decorrentes da glosa da despesa de juros e variação cambial ocorrida no ano de 2008, oriundas de título de dívidas emitidas no exterior pela Latam (Brasil) Representações Ltda entre agosto de 1997 e março de 1998. O Banco possui seguro - garantia para a totalidade do débito. O valor da causa é de R\$ 678.197; • PIS e COFINS, acrescidos de juros de mora e multa de ofício de 75% sobre os ganhos supostamente auferidos nas operações de alienação das ações da CETIP S.A., que estavam contabilizadas em seu ativo permanente e haviam sido recebidas em decorrência do processo de desmumificação da CETIP ASSOCIADA. O valor da causa é de R\$ 887; • MS impetrado para questionar a constitucionalidade e legalidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras decorrentes de aplicação de recursos próprios e sobre quaisquer outras receitas que não aquelas decorrentes de venda de mercadorias e prestação de serviços operacionais, referentes aos fatos geradores de setembro/99 a dezembro/14 e (ii) o direito de utilizar o crédito, para quitar, por compensação, quaisquer tributos e contribuições administrados. O valor atualizado da causa é de R\$ 808.304; • Trata-se de pedido restituição apresentado em 2016 pelo Banco em razão do processo de falência de PJ, alegando que seus créditos oriundos de contratos de câmbio celebrados com a PJ, deviam ter sua classificação alterada para obter preferência no pagamento na falência. Embora os créditos do BIG contra a PJ tenham sido devidamente reconhecidos como válidos, a ação de restituição foi julgada improcedente para rejeitar o pedido de pagamento prioritário, e por conta disso o Banco foi condenado a pagar honorários de sucumbência. O Banco interpor recurso especial, recurso extraordinário, e contrarrazões, tudo foi recebido pelo Ministério Público. Foi proferido despacho que determinou o recolhimento em dobro das custas de preparo recursal, e que restituíram os recursos à Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores, onde deverão aguardar o cumprimento do despacho. • O Banco ajuizou ação para questionar a legalidade e a constitucionalidade das multas impostas pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") e mantidas pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, em razão de suposta classificação incorreta de informações prestadas ao Banco por clientes em determinados contratos de câmbio, firmados à título de Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"). O valor da causa é de R\$ 29.195, estando a integralidade da discussão depositada em juízo. O Banco também é réu em processos de natureza trabalhista, classificados como risco de perda possível que, em 31 de dezembro de 2025, totalizavam R\$ 105.550. Na avaliação da administração, os valores apresentados nesta nota refletem adequadamente os impactos, no balanço e na demonstração do resultado, que seriam esperados caso as contingências (provisionadas e não provisionadas) viessem a ser exigidas.

**17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social está representado por 554.854.377 ações nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, sendo 277.427.189 ações ordinárias e 277.427.189 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no reembolso do capital.

**b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite definido pela legislação societária. A reserva estatutária é limitada a 95% do valor do capital social e tem por finalidade a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco, sendo formada por recursos equivalentes à até 100% do lucro líquido do exercício. A reserva de lucros a realizar está representada por lucros auferidos pela subsidiária do Banco no exterior, UBS Brazil Bahamas Limited, ainda não distribuídos. A realização desta reserva será feita à medida em que ocorra a distribuição de lucros que tenham sido base para sua constituição e o pagamento de dividendos pelo Banco para sua controladora na Suíça. A reserva de lucros especial do Banco tem a finalidade de registrar os lucros que excederem a parcela dos dividendos mínimos obrigatórios e que não possam ser destinados para outra reserva de luc

...continuação



# Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A

C.N.P.J. 33.987.793/0001-33

A DIRETORIA

RENATA ALVES ODA - CONTADORA - CRC 1SP 280044/O-3

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2025

**Introdução:** O Comitê de Auditoria (Comitê) opera conforme regulamento que estabelece a composição, o funcionamento, a competência e suas demais atribuições. Este foi constituído e funciona de acordo com as normas emanadas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional no 4.910 de 27 de maio de 2021. Suas atividades estão regulamentadas no Estatuto Social, tendo como principal atribuição o assessoramento da Diretoria na supervisão das demonstrações financeiras e do ambiente de controles. Este relatório tem por objetivo apresentar os trabalhos e atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria (Comitê) das entidades listadas abaixo, que são parte integrante do Conglomerado Prudencial do UBS Brasil (Conglomerado): Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A. (entidade líder do Conglomerado), Banco UBS (Brasil) S.A., UBS (Brasil) Corretora de Valores S.A., e Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários. É responsabilidade da Diretoria a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, bem como do sistema de controle e gerenciamento de riscos. A Auditoria Interna, diretamente subordinada à Diretoria, é responsável pela verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações financeiras. Os auditores externos são responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras do Conglomerado, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os seus respectivos flu-

xos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Em 1º de janeiro de 2025, entraram em vigor as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 que alteraram os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, com alterações na classificação, mensuração e provisão dos mesmos.

**Atividades do Comitê:** As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Diretoria, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e avaliações efetuadas pelo Comitê. Não chegou ao conhecimento do Comitê, nenhuma informação relacionada a indícios ou denúncias sobre fraudes, por nenhum outro canal. Para realização das atividades e dos procedimentos acima descritos, o Comitê reuniu-se em 2025, juntamente com a auditoria interna, com: (i) os auditores independentes, (ii) gestores responsáveis pelos riscos corporativos, (iii) Compliance incluindo responsável por temas de ESG, Proteção de Dados e Interações com Reguladores, (iv) Financeiro, (v) Tecnologia, (vi) Recursos Humanos, (vii) responsável pelo Comitê de Remediação, bem como trimestralmente com a Diretoria, conforme previsto na Resolução CMN 4.910 de 27 de maio de 2021.

**Conclusões:** O Comitê de Auditoria revisou, previamente à sua aprovação, as demonstrações financeiras das entidades Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A., Banco UBS (Brasil) S.A., UBS (Brasil) Corretora de Valores S.A., e Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários., que fazem parte do Conglo-

merado Prudencial, e discutiu o resultado dessas revisões com a Administração, assim como com os auditores independentes, que emitiram relatórios sem qualificação. No cumprimento de suas atribuições, observando o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional no 4.910 de 27 de maio de 2021, no Regimento Interno e baseado no alcance da sua atuação, nada chegou ao conhecimento do Comitê, no curso de seus trabalhos, que o leve a considerar que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial não estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das operações, bem como a observância das disposições legais, regulatórias e normativos internos. Com base nos resultados obtidos das atividades desenvolvidas, conforme descrito acima, e nos relatórios emitidos pelos auditores externos, sem qualificação, o Comitê de Auditoria recomenda à Diretoria Executiva, a aprovação para divulgação das demonstrações financeiras das entidades Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A., Banco UBS (Brasil) S.A., UBS (Brasil) Corretora de Valores S.A., e Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários., que fazem parte do Conglomerado Prudencial do UBS Brasil, relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 25 de março de 2026.  
 Maria Salete Garcia Pinheiro  
 Marcio Hamilton Ferreira  
 Milena Weiss Aloisi

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do

**Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A**

(Anteriormente denominado: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.) - São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

**Apresentação dos valores comparativos:** Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

**Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos não cotados:** A avaliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados investidos diretamente ou indiretamente, por meio de cotas de fundos multimercados próprios, foi considerada uma área de foco em nossa auditoria em função da complexidade envolvida no processo de precificação, substancialmente baseado na utilização de julgamentos, estimativas e metodologias internas do Banco. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de títulos e valores mobiliários derivativos não cotados é parte componente da carteira do saldo de R\$ 2.994.619 mil de investimentos em cotas de fundos de investimento, além de compor os saldos de instrumentos financeiros derivativos de R\$ 186.085 mil no ativo e R\$ 113.693 no passivo, conforme as divulgações do Banco estão incluídas na nota explicativa 8.

**Como nossa auditoria conduziu o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo, metodologia e premissas estabelecidas pela Administração para a precificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados. Adicionalmente realizamos, com base em amostragem, os seguintes procedimentos para as operações selecionadas: (i) confirmação de existência através da verificação dos extratos dos órgãos custodiantes e/ou contratos firmados entre as partes (ii) com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos testes de valorização e avaliamos as metodologias e premissas utilizadas por meio da comparação com modelos e fontes de mercado independentes. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos não cotados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem constitui os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2026.

**EY** ERNST & YOUNG  
 Shape the future with confidence  
 Auditores Independentes S/S Ltda  
 CRC SP-034519/O

Emerson Morelli  
 Contador  
 CRC SP-249401/O

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
 04067191000160 Pub: 30/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/30/BCOINVESTIMENTUBBS1588449530032026.pdf>  
 Hash: 177464748072f899255dd043c996f184ada74a0378